

A unidade nacional nas páginas da revista integralista de “alta cultura” *Panorama*

National unity in the “high culture” integralist magazine *Panorama*

Gabriela Santi Ramos Pacheco¹

Resumo: Os anos 1930 se caracterizaram por ser uma fase de transição no campo político brasileiro, resultante de um processo de transformação iniciado na década de 1920, influenciado pelo contexto mundial pós-guerra. Esse cenário, aliado à influência do fascismo europeu, contribuiu para o desenvolvimento de projetos autoritários permeados pelo debate acerca dos rumos da nação: destaca-se, dentre outros, o de Plínio Salgado, que fundou, em 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB). Esse movimento de inspiração fascista, buscando doutrinar e divulgar seu projeto estatal que tinha como uma das ideias-força o nacionalismo, fez uso extensivo de estratégia relacionadas à imprensa. A partir disso, esse trabalho se propõe a analisar a questão da unidade nacional presente na revista *Panorama* – periódico de “alta cultura” do movimento produzido por e para a intelectualidade, cuja proposta era ser um veículo de formação da doutrina da AIB e expor ideais intelectuais circulantes no Brasil que iam ao encontro do pensamento integralista.

Palavras-chave: Elite intelectual. Imprensa Integralista. Integralismo. Unidade Nacional.

Abstract: The 1930's are known by being a transition phase in the Brazilian political field, resulting from a remodelling process that had begun in the 1920's, which was influenced by the post-war global climate. This, with the added influence of European fascism, contributed for the development of authoritarian projects brought by the debate around the nation's future: Plinio Salgado's, for example, stands out, funding, in 1932, the Brazilian Integralist Action (Ação Integralista Brasileira - AIB). This fascist inspired movement, striving to indoctrinate and advertise his state project promoting nationalism, made extensive use of strategies related to the press. Based on that, this paper proposes to analyse the matter of national unity in *Panorama* – a journal of the movement's “high culture” produced by and for intellectuals, whose propositions were to expose intellectual ideas circulating around Brazil which were in line with the integralist's thinking.

Keywords: Intellectual Elite. Integralist Press. Integralism. National Unity.

A década de 1930 foi uma fase de transição no campo político brasileiro, resultante de um processo de transformação iniciado no período anterior, influenciado pelo contexto mundial pós-guerra. Para Trindade², intensificou-se a industrialização; novas camadas urbanas foram incorporadas; colocou-se em questão a legitimidade do sistema político, dominado pelo grupo agrário exportador, e operou-se uma mutação ideológica entre as elites intelectuais. Esse contexto, aliado à influência do fascismo europeu, permeou o desenvolvimento de projetos autoritários. Destaca-se, dentre outros, Plínio Salgado, que fundou, em 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB).

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS/UFJF), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Contato: gabrielasantipacheco@gmail.com

² TRINDADE, Hélió. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 1930. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016, p. 45.

A Ação Integralista Brasileira foi fundada a partir da publicação do primeiro documento oficial do movimento em reunião no Teatro Municipal de São Paulo, o *Manifesto de Outubro de 1932*, considerado pelo “chefe-nacional” como “a primeira manifestação da doutrina integralista”³.

Em maio de 1932, propus que se criasse uma seção subordinada e paralela à Sociedade de Estudos Políticos, a qual teria por tarefa uma obra educativa de mais larga amplitude, destinada a formar a consciência popular no trato dos problemas brasileiros e sob a inspiração dos princípios filosóficos e programa político da nossa agremiação. Esta seção foi criada pelos votos da assembleia, com o nome Ação Integralista Brasileira.⁴

O movimento de inspiração fascista, que vigorou até a instauração da ditadura estado-novista em 1937, baseou-se em preceitos nacionalistas, antiliberais, anticomunistas e de cunho autoritário para fundamentar sua política e difundir seu ideal salvacionista, tendo como um dos objetivos a implantação do “Estado Integral”⁵.

Apesar de Salgado considerar o *Manifesto de Outubro* como a primeira manifestação da doutrina integralista, os ideais do sigma vinham sendo elaborados anteriormente no jornal *A Razão* que, segundo Oliveira, configura-se como uma das bases fundadoras do movimento⁶, e nos encontros da *Sociedade de Estudos Políticos (SEP)*. O jornal surgiu no primeiro semestre de 1931, tendo como um dos principais membros Plínio Salgado, que era responsável pela coluna editorial *Nota Política*. Por mais que não tenha completado nem um ano de existência, sua importância em se tratando do integralismo se dá tendo em vista que foi fundamental para o estabelecimento das bases ideológicas da AIB e, a partir disso, para a difusão inicial da ideologia “pré-integralista”, o que permitiu atrair militantes suficientes para organização do *Manifesto de Outubro* em 1932⁷. Foi em decorrência do trabalho político realizado por esse jornal que se formou por iniciativa de Salgado, em fevereiro de 1932, a *SEP*: órgão que objetivava a reunião de intelectuais⁸ a fim de discutir a organização de um novo movimento político, baseado em um forte nacionalismo conservador e revolucionário⁹, sendo, portanto, como aponta Trindade¹⁰, o centro de reflexão ideológica de onde vão nascer o manifesto integralista de 1932 e a Ação Integralista Brasileira.

³ **MANIFESTO DE OUTUBRO**. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 1932.

⁴ SALGADO, Plínio. O integralismo na vida brasileira. Rio de Janeiro: Clássica brasileira, 1958. In: **Enciclopédia do Integralismo**, v.1, p. 143.

⁵ TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 1930. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016, p. 248.

⁶ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva. In: GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. (org). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Volume 1, 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, p. 31.

⁷ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva. In: GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. (org). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Volume 1, 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, p. 31-33.

⁸ A primeira reunião, por exemplo, reuniu um grupo de jovens intelectuais: Cândido Motta Filho, Ataliba Nogueira, Mário Graciotti, João Leão Sobrinho, Fernando Callage e vários estudantes da Faculdade de Direito. (TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 1930. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016, p. 152)

⁹ GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado**: um católico integralista entre Portugal e Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017, p. 87.

¹⁰ TRINDADE, op. cit., p. 152.

Percebe-se, portanto, que a imprensa esteve presente no integralismo desde seus primórdios¹¹, representando um instrumento deveras significativo para o movimento, tendo em vista que a utilização de periódicos era compreendida como indispensável para a doutrinação da população¹². Aliado a isso, o movimento criou uma rede de instrumentos constituída, além dos impressos, pelas sessões doutrinárias e pelo rádio, que se complementava com a utilização massiva de símbolos e de ritos. Logo, aqueles que se queria atingir eram submetidos a um processo de ritualização constante¹³. Na imprensa, por exemplo, buscava-se transmitir a doutrina de modo uniforme, sendo veiculada da mesma forma para todo integralista. Assim, a AIB desenvolveu estratégias que trabalhavam articuladamente para garantir um padrão específico para a produção do discurso textual e imagético via imprensa, sendo elas a criação do *Sigma-Jornais Reunidos* – um consórcio jornalístico que reunia 138 jornais¹⁴ em circulação por todo território, da Secretaria Nacional de Imprensa (SNI) e da Comissão de Imprensa.

As revistas e os jornais produzidos a partir dessa padronização tinham como propósito divulgar os passos das personalidades integralistas e os ideais do movimento¹⁵, sendo voltados para a publicidade do integralismo e de sua doutrina. Segundo Trindade, “o próprio Salgado reconhece o papel instrumental do jornal. Por meio dele os artigos chamavam a atenção dos intelectuais e dos dirigentes dos movimentos que rejeitavam o retorno ao liberalismo da Constituição de 1891”¹⁶. Em consonância a essa ideia de atrair intelectuais, funda-se um periódico que se distinguia dos demais, não sendo dedicado à doutrinação das massas, mas sim com o objetivo de contemplar a elite dirigente e os setores mais intelectualizados da sociedade: a revista de “alta cultura”¹⁷, *Panorama*.

A *Panorama* surge, portanto, com a proposta de ser mais do que um mero impresso da AIB, sendo assim uma aposta diferenciada do movimento: uma revista intelectual, de “alta cultura”, que buscava ser um veículo de formação da doutrina integralista e contemplar, com um conteúdo altamente teórico, a elite intelectual que não era priorizada nos outros periódicos do movimento, tendo em vista que eram produzidos visando o militante comum e, assim, apresentavam as teorias integralistas de forma “simplificada”.

¹¹ OLIVEIRA, op. cit., p. 31.

¹² CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)**. São Paulo: Edusc, 1999, p. 82.

¹³ CAVALARI, op. cit., p. 163.

¹⁴ Segundo Oliveira, “no período de existência legal da AIB foram editados 138 jornais oficialmente ligados ao movimento, sendo dois de circulação nacional, trinta de circulação regional e cento e seis de circulação local ou nuclear”. Entretanto, segundo um balanço divulgado pelo *Monitor Integralista* em 1935, a contabilização oficial do movimento era de 88 jornais em circulação ligados oficialmente à AIB (OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **História da Imprensa da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. São Paulo: Editora LiberArs, 2019, p.122-124).

¹⁵ CARNEIRO, M. R. S. R.; SILVA, C. R. F. A *Panorama*: o “pensamento novo” e a revolução conservadora. In: GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. (org). **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. Volume 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

¹⁶ TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016, p.153.

¹⁷ A denominação da *Panorama* enquanto revista de “alta cultura” parte da própria redação do periódico. Entende-se que essa autodenominação está relacionada a ideia de que a revista era produzida por e para a elite intelectual, possuindo, portanto, um conteúdo altamente teórico, intelectualizado, elitizado.

Sob organização e direção de Miguel Reale¹⁸ e auxílio diretivo de Rui de Arruda¹⁹, publicou-se o primeiro número da revista em janeiro de 1936, encerrando suas publicações em outubro de 1937. Durante esse período foram publicados 13 números de circulação nacional, com cerca de 100 diferentes autores e mais de 200 artigos de temas variados, que buscavam formar a elite cultural do movimento, sendo assim um espaço de discussão política com um público especializado e erudito.

A revista de “alta cultura”, segundo Carneiro e Rufino²⁰, surge no movimento em substituição a uma ideia anterior de reunir e tornar coleção um conjunto de artigos acerca do integralismo, com o propósito de ser um documento complementar ao *Manifesto de Outubro*²¹. Portanto, ela se insere na proposta intelectual da AIB de fundamentar a *práxis* integralista a partir de uma unidade teórica e “mais que a própria *theoria*, para contribuir na elaboração do *ethos* integralista, que se sustentaria pelo pensamento novo”²². Assim, a linha de pensamento da *Panorama*, além de sustentar o movimento, auxiliaria no fornecimento de uma consistência intelectual ao projeto do “Estado Integral”, sendo, por isso, uma revista de “alta cultura”, já que buscava apresentar um tom intelectual elitista e conservador em suas páginas.

Dentre os mais diversos temas abordados no periódico, a unidade nacional é um dos de maior destaque – ganhando até mesmo uma edição especial –, haja vista que a noção de integralidade permeava toda estrutura do integralismo²³, sendo um dos principais objetivos do movimento o de integrar todas as forças sociais do país em uma única expressão de nacionalidade, como é possível observar em um trecho do *Manifesto de Outubro de 1932*:

A Nação Brasileira deve ser organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz. Para isso precisamos de que todos os brasileiros estejam unidos. Mas o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita de seus filhos, enquanto existirem Estados dentro do Estado, partidos políticos fracionando a Nação, classes lutando contra classes, indivíduos isolados, exercendo a ação pessoal nas decisões do governo; enfim todo e qualquer processo de divisão do povo brasileiro [...].²⁴

¹⁸Miguel Reale, nascido em 1910, também em São Bento do Sapucaí (SP), foi um advogado e jurista formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1933. Nesse período, filiou-se à AIB, alcançando um dos mais altos cargos no movimento. Ao fim do movimento, em 1938, passa a se dedicar a carreira de jurista, não retornando, em 1945, às fileiras do integralismo no PRP. Auxilia, no mesmo ano, na fundação do Partido Popular Sindicalistas (PPS), incorporado, posteriormente, ao Partido Social Progressista (PSP). Entre 1949 e 1950 assume a reitoria da Universidade de São Paulo (USP), abandonando momentaneamente a vida partidária: passa a se dedicar às atividades intelectuais. No entanto, em 1964 apoia o golpe militar, colaborando com o regime, principalmente na elaboração da Emenda Constitucional de 1969. Para saber sobre Reale, consultar tese de doutorado de Pedro Ivo Tanagino, intitulada “A síntese integral: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939)”.

¹⁹Rui de Arruda Camargo (1910-1982) foi contador e advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Participou da Revolução de 1932 e, posteriormente – assim como Miguel Reale – engajou-se no movimento integralista.

²⁰CARNEIRO, M. R. S. R.; SILVA, C. R. F. A *Panorama*: o “pensamento novo” e a revolução conservadora. In: GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. (org). **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Volume 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

²¹Essa coleção teve um primeiro volume editado, cujo nome era *Posições do Integralismo* de autoria de Miguel Reale, mas foi descontinuada tendo em vista a publicação do primeiro número da *Panorama*.

²²CARNEIRO, M. R. S. R.; SILVA, C. R. F, op. cit.

²³TRINDADE, Hégio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 1930. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016, p.226.

²⁴MANIFESTO DE OUTUBRO. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 1932, p.1.

Partindo dessa centralidade no tema da unidade da Nação, esse trabalho tem como objetivo analisar a questão da unidade nacional presente no discurso textual produzido tanto pela elite dirigente do movimento como por intelectuais integralistas e não integralistas, que foi publicada na edição especial temática da *Panorama*, o volume 8 de 1936.

Intelectuais em defesa da unidade nacional: o volume 8 da revista *Panorama*

O *Manifesto de Outubro*, ao definir a doutrina integralista em linhas gerais, apresentou o nacionalismo como ideia-força principal do movimento, que possuía, em um primeiro momento, um caráter mais cultural – romântico – do que econômico²⁵, haja vista que foi definido por Plínio Salgado, que tinha uma ligação direta com movimento modernista dos anos 1920 e se apresentava fundamentalmente como anticosmopolita e cultor de tradições nacionais²⁶. Assim, hipervalorizava o homem e a terra, a nova raça em formação, a busca no passado dos fundamentos da civilização brasileira²⁷.

Com o desenvolvimento da Ação Integralista Brasileira, o nacionalismo romântico de Salgado acabou incorporando outras dimensões, não contraditórias com o nacionalismo do *Manifesto*, mas que revelavam sua evolução ideológica, apresentando também uma dimensão econômica e anti-imperialista²⁸.

Se essa dimensão não predomina nos escritos de Salgado, aparece explicitamente nos livros de Miguel Reale e Gustavo Barroso. Com Barroso o nacionalismo econômico adquire um conteúdo antisemita, enquanto Reale, que vinha do marxismo, situa-se numa posição essencialmente econômica.²⁹

Seja em sua dimensão romântica ou econômica e anti-imperialista, o nacionalismo foi pauta central no discurso integralista, sendo marcado pela perspectiva de reorganização política, centralização do poder e busca pela afirmação do valor do Brasil a fim de unir todos os brasileiros num só espírito, construindo uma Nação “organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica e feliz”³⁰, em que “todos os brasileiros estejam unidos”³¹.

Percebe-se que a unidade da Nação era considerada um dos pilares do “Estado Integral”, sendo, portanto, um assunto caro ao movimento integralista. Essa questão fica mais evidente ao analisar a *Panorama*: o periódico de “alta cultura”, em linhas gerais, não apresentava edições temáticas, centradas em um assunto específico, mas sim volumes com os mais variados temas nos textos que os compunham; no

²⁵ TRINDADE, Hélgio. Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016, p. 242.

²⁶ CALIL, Gilberto. Peculiaridades e paradoxos do nacionalismo integralista (1932-1964). *História: Debates e Tendências*, v. 13, n. 1, jan./jun. 2013, p. 36.

²⁷ TRINDADE, op. cit., p. 242.

²⁸ Ibid., p. 242-245.

²⁹ Ibid., p. 245.

³⁰ **MANIFESTO DE OUTUBRO**. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 1932, p.1.

³¹ Ibid., p. 1.

entanto, houve uma única edição que fugiu desse padrão, trazendo um tema central, a unidade nacional. Esse “número especial”, como anunciou a redação da revista³², foi o volume 8, publicado em 1936 e dedicado exclusivamente ao “problema da unidade nacional”³³.

A unidade nacional, portanto, foi apresentada pela redação da *Panorama* no texto de abertura da edição intitulado “Este número da unidade nacional” como um problema com “as mais diversas facetas, os aspectos mais imprevistos, com dificuldades inúmeras, sendo a maior delas a de evitar lugares comuns, coisas já ditas e repetidas”³⁴. Para eles, abordar a complexa e diversa questão da unidade nacional exigia aprofundamento e originalidade³⁵, sendo esse o motivo de tal assunto ter sido delegado à revista de “alta cultura”, sempre empenhada em apresentar em suas páginas um conteúdo altamente teórico e intelectualizado.

Ao abordar o “problema” da unidade nacional, os editores da *Panorama* buscaram demonstrar suas diversas facetas com artigos que permeavam as mais variadas questões, como corporativismo, política administrativa, língua, industrialização, meios de transporte, entre outros. Assim, o fio condutor dessa edição especial foi, como enunciado no texto de abertura do volume, “unidade na variedade, eis a fórmula luminosa que nos guiou. E não é outra a fórmula que se apresenta aqueles que procuram solução para o ‘caso’”³⁶.

Para a análise dessa questão foram utilizados 15 artigos publicados nesse oitavo volume, sendo 10 deles enviados à redação por intelectuais colaboradores e outros 5 selecionados pela direção do periódico, que foram publicados na seção *Mentores da Nacionalidade*, constituída por artigos de intelectuais já falecidos, considerados grandes figuras do pensamento brasileiro que deveriam ser lembradas pelos ensinamentos e previsões que deixaram³⁷ – nessa edição, Alberto Torres, Vicente Licínio Cardoso, Graça Aranha, Alberto de Faria e Silvio Romero.

Em relação aos textos enviados à redação, dos 10, nove eram de intelectuais integralistas – Plínio Salgado, Miguel Reale, Alfredo Buzaid, Luis da Camara Cascudo, Mario Ferreira de Medeiros, Mario Marroquim, Helio Vianna, F. L. Villela e João Carlos Faribanks, enquanto apenas um era de intelectual não filiado ao movimento, Oliveira Vianna.

Ao analisar o discurso textual desses intelectuais nas páginas do volume 8 da *Panorama*, percebe-se que foi guiado pela ideia de que a unidade nacional brasileira, consolidada no império, sofria dos “males do separatismo”³⁸ desde a proclamação da república em 1889, haja vista a implantação do sistema federalista.

³² PANORAMA. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

³³ Ibid, p.3.

³⁴ Ibid, p.3.

³⁵ Ibid, p.3.

³⁶ Ibid, p.3.

³⁷ Ibid, p.62.

³⁸ SALGADO, Plínio. Índole Sul-Americana, Frações contra Unidade e a Loucura Separatista. PANORAMA. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p.8.

No entanto, enquanto alguns utilizam seu espaço no periódico para tratar dessa questão, abordando-a de forma mais teórica, outros focam em apresentar soluções para a questão da desagregação ocasionada, segundo eles, pelo federalismo.

Unidade nacional: inexistente, enfraquecida ou consolidada?

Alfredo Buzaid³⁹, em “A unidade nacional e o fenômeno federalista”, centra sua análise no mal causado pelo federalismo à Nação brasileira, sendo isso, para o autor, uma conspiração da primeira república à unidade nacional. Para o intelectual, diferentemente dos Estados Unidos, onde o regime federativo “logrou êxito notável [...], atendeu às tradições, ao espírito do povo e à formação nacionalista [...], caminhando, pois, da descentralização absoluta para a centralização relativa”⁴⁰, no Brasil o federalismo não condiz com as realidades do país.

[...] no Brasil o regime federativo desde os primeiros anos de sua aplicação se fez sentir o profundo choque entre o dispositivo legal e a realidade nacional. A Federação engendrou o caciquismo e a política dos governadores. Hipertrofiou os Estados e enfraqueceu a autoridade da União. Dentro do regime federalista, não tivemos partidos nacionais. Somente estaduais. Desta maneira, a competição para a suprema magistratura da República não era feita em lutas eleitorais entre partidos nacionais, mas entre os presidentes dos Estados, que representavam as unidades da Federação.⁴¹

Essa situação, para Buzaid, favoreceu os intentos hegemônicos de grupos regionais, sendo o federalismo, portanto, a grande causa dos males da primeira república, haja vista que gerou o caciquismo estadual, criou uma superestrutura jurídica que era contrária à realidade nacional, arruinou o conceito de autoridade do Estado, possibilitou a existência de estados milicianos dentro da União, que competiam com ela e a enfraqueciam, e desconsiderou as forças da unidade espiritual da pátria, encorajando, por meio da ampla autonomia estatal, o desmembramento nacional⁴².

³⁹ Alfredo Buzaid nasceu em 1914, em Jabucatiabal, São Paulo. Ingressou, em 1930, na Faculdade de Direito da USP e, concomitantemente, exerceu a função de jornalista. Participou da Revolução Constitucionalista de 1932 e, em seguida, ingressou na AIB. Com o fim do movimento, dedicou-se à advocacia, mas nos anos 1940, com o PRP, retorna ao movimento. Posteriormente, apoia a ditadura civil-militar, chegando, em 1967, ao cargo de coordenador da revisão de códigos – nomeado pelo ministro da justiça de Costa e Silva, Luis Antonio da Gama e Silva. Já no governo de Médici, em 1969, é convidado a ocupar o ministério da justiça. Por fim, em 1978, tomou posse na cadeira 46 da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e, em 1982, tornou-se ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

⁴⁰ BUZAID, Alfredo. A unidade nacional e o fenômeno federalista. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 22-23.

⁴¹ BUZAID, Alfredo. A unidade nacional e o fenômeno federalista. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 24.

⁴² *Ibid.*, p. 25.

O texto de Buzaid conversa diretamente com o “Índole Sul-Americana, Frações contra Unidade e a Loucura Separatista” de Plínio Salgado⁴³, pois, segundo Salgado, as forças políticas brasileiras pós-1889 se orientaram no sentido regional, sendo assim guiadas pela disputa de poder local por duas facções, isto é, por dois grupos distintos buscando hegemonia política, o que acabou por prejudicar a unidade da Nação⁴⁴.

Dessa forma, para Plínio Salgado, a república federativa brasileira, ao invés de garantir a unidade, estimulou movimentos de desagregação, sendo, portanto, mais desordenadora que coordenadora:

A Federação se parte em Estados; os Estados se fragmentam em partidos locais; os partidos locais em grupos. E quando os grupos absorvem os outros, transformam-se no “tabu” tribal, este logo se erige em mito provinciano invencível, para depois se elevar a divindade hegemônica nacional, nunca absoluta, dado o relativismo da gravitação política brasileira.⁴⁵

O Brasil pós-1889, para o chefe nacional do movimento integralista, é a “grande expressão fracionária”, tendo em vista que além da falta de unidade política, há também uma marcha para desagregação econômica e administrativa.

Esse contexto de fragmentação, para o intelectual, traz alguns perigos: o do comunismo, “um movimento que orienta-se num sentido da Nação, para o internacionalismo [...] que parte do homem para a humanidade em geral [...] que tem uma expressão social uniforme”⁴⁶, e o do separatismo, sendo “uma ilusão pensarmos que os grandes Estados [...] poderão viver sem a colaboração íntima entre si e sem a cooperação de todas as outras unidades federativas”⁴⁷, afinal, “como parte integrante do Brasil, somos grandes e fortes, considerados isoladamente não passamos de simples republiquetas”⁴⁸.

Para derrotar essas ameaças, Salgado defende apelar para os resquícios da unidade nacional que ainda restam no país, que estão amparados no interesse social.

Essa unidade está na tradição da família brasileira, no sentimento espiritual da Nação, nos nossos costumes, que constituem a afirmação constante de um senso nobre de

⁴³ Plínio Salgado nasceu em São Bento do Sapucaí, em São Paulo, no ano de 1895. Iniciou suas atividades profissionais em 1916, como jornalista, em um jornal de sua cidade natal, o semanário *Correio de São Bento*, e em 1918, como político, participando da fundação do Partido Municipalista. Mudou-se para São Paulo em 1920, onde passou a trabalhar no *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP). Ainda neste ano, passou a se dedicar às atividades literárias, e, assim, envolveu-se com o movimento modernista, alinhando-se ao movimento *Verde-Amarelo* e, em seguida, lançando o movimento *Anta*, que serviu de base inicial para a formulação do pensamento integralista. Fundou em 1931 a SEP e, posteriormente, em 1932 a AIB. Com o fechamento do partido em 1937, partiu para o exílio em Portugal, retornando ao Brasil em 1945 com a redemocratização do país e fundando o Partido de Representação Popular (PRP), herdeiro político da AIB. Apoiou o golpe militar de 1964 e, com a extinção dos partidos pelo AI-2, ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena).

⁴⁴ SALGADO, Plínio. *Índole Sul-Americana, Frações contra Unidade e a Loucura Separatista*. PANORAMA. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p.8

⁴⁵ *Ibid.*, p. 8.

⁴⁶ SALGADO, Plínio. *Índole Sul-Americana, Frações contra Unidade e a Loucura Separatista*. PANORAMA. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 9.

⁴⁷ *Ibid.*, p.11

⁴⁸ *Ibid.*, p. 11.

colaboracionismo sem o impositivo da anulação da personalidade, exigida pelas organizações com finalidade no coletivismo.⁴⁹

Defende, assim, para afirmar a unidade baseada em um sentimento brasileiro, um governo forte, que acione as forças conservadoras da sociedade, para assim orientar a Nação em um determinado sentido de cultura, de finalidade moral⁵⁰.

Plínio Salgado evidencia a necessidade de “reavivar” a unidade nacional que enfraqueceu pós-1889, finalizando seu texto com a afirmação de que

A unidade da Pátria é uma condição vital para o Brasil [...], é, mais do que um programa sentimental, mais do que um imperativo racial, idiomático, religioso, militar, político, continental: um programa de bom senso.⁵¹

Helio Vianna⁵², em “Bases históricas da unidade nacional”, posiciona-se de forma semelhante aos intelectuais anteriores. Ele afirma que a unidade nacional foi consolidada no império, com o centralismo consagrado por meio da Constituição de 1824.

Assim [com a Constituição de 1824] pode o Segundo Reinado, por todo o meio século de sua duração, manter intangível o princípio unionista através da designação direta dos presidentes da província, da vitaliciedade do Senado e das diretrizes nunca regionalistas do Conselho de Estado e do Poder Moderador.⁵³

Para Vianna, a implantação do sistema federativo a partir da proclamação da república atacou as raízes históricas do país e, assim, fomentou o desejo separatista, enfraquecendo a unidade nacional⁵⁴.

Oliveira Vianna⁵⁵, no entanto, por mais que dialogue com os outros autores ao afirmar, em “Os regionalismos e a unidade nacional”, que a centralização política e administrativa do império, que garantiu uma unidade moral permeada por uma verdadeira consciência nacional⁵⁶, foi abalada pelo regime republicano, haja vista que ele “com sua organização descentralizada, perturbou, retardando, de certo modo,

⁴⁹ Ibid., p. 10

⁵⁰ Ibid., p. 7.

⁵¹ Ibid., p. 14.

⁵² Helio Vianna, nascido em 1908, em Belo Horizonte, Minas Gerais, formou-se em direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Em 1931 entra em contato com Plínio Salgado e, em 1932, ao se formar em direito, consolida seus vínculos com a AIB. Foi professor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Úrsula no Rio de Janeiro. Pertenceu à Academia Portuguesa de História, à Sociedade Capistrano de Abreu, ao Instituto Coimbra, à *Academy of American Franciscan History*, ao Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco e ao Instituto Histórico de Alagoas.

⁵³ VIANNA, Helio. Bases históricas da unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 50.

⁵⁴ Ibid., p. 50.

⁵⁵ Oliveira Vianna nasceu em Saquarema, Rio de Janeiro, em 1883. Foi historiador, sociólogo e bacharel em direito, sendo também ministro do tribunal de contas e membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Com posições conservadoras, foi um dos principais ideólogos do Estado Novo brasileiro, pensando, principalmente, questões voltadas ao corporativismo.

⁵⁶ VIANNA, Oliveira. Os regionalismos e a unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 15.

esta obra lenta de sincretismo e unidade que o Império vinha realizando”⁵⁷, defende que a unidade do povo brasileiro foi plenamente assegurada com a promulgação da Constituição de 1934, sendo ela uma reação efetiva à excessiva descentralização da Carta Constitucional de 1891, o que permitiu, assim, que “o poder central, o poder União, [...], as nossas elites dirigentes, presentes e futuras, realizar, em toda a sua plenitude, o grande pensamento de unidade nacional dos fundadores da nossa independência”⁵⁸.

Já Mario Ferreira de Medeiros⁵⁹, no artigo intitulado “O problema da unidade brasileira”, apresenta a perspectiva de que a unidade nacional brasileira está em formação, afinal, por mais que existam tendências separatistas decorrentes da proclamação da república, há também – e mais fortes – tendências brasileiras⁶⁰, que se fortalecem, pois

1. Existe um país brasileira; 2. Existe um ‘sangue’ brasileiro; 3. Está se formando, cada vez mais poderoso, um senso nacional brasileiro; 4. A reunião das famílias brasileira vem sendo progressivamente mais íntima; 5. existe um sonho nacional brasileiro e existe uma vontade férrea de realiza-lo; 6. Existe o princípio de uma cultura brasileira.⁶¹

Por fim, Luis da Camara Cascudo⁶², em “Unidade nacional e a política administrativa”, defende a inexistência de uma unidade nacional no Brasil e a impossibilidade de consolidá-la dentro da política administrativa brasileira. Para ele, isso é uma questão enraizada, que se constitui dessa forma desde o império – apenas o poder moderador conseguiu trazer certa estabilidade para o Brasil – e acabou sendo agravada pela república e adoção do federalismo⁶³.

O problema da unidade nacional e as propostas de resolução

Mario Marroquim⁶⁴, em “A língua e a unidade nacional”, apresenta a ideia de a língua é um elemento essencial na manutenção da unidade nacional⁶⁵. Para isso, segundo o intelectual, precisa-se considerar a

⁵⁷ Ibid., p. 16.

⁵⁸ Ibid., p. 16.

⁵⁹ Até o momento não foi possível encontrar informações biográficas sobre Mario Ferreira de Medeiros.

⁶⁰ MEDEIROS, Mario Ferreira de. O problema da unidade brasileira. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p.37.

⁶¹ Ibid., p. 40.

⁶² Luis da Camara Cascudo nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte. Iniciou a carreira jornalística em 1918, no entanto, em 1928, forma-se em direito na Faculdade de Direito de Recife. Apesar de ambas situações, acaba atuando como professor de história e, em 1934, torna-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Filia-se a AIB nos anos 1930, tornando-se um membro de destaque e chefe regional. Já na década de 1960, assume o cargo de professor catedrático de direito internacional público na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

⁶³ CASCUDO, Luis da Camara. Unidade nacional e a política administrativa. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 26-28.

⁶⁴ Até o momento não foi possível encontrar informações biográficas sobre Mario Marroquim.

⁶⁵ MARROQUIM, Mario. A língua e a unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 47.

pluralidade do extenso território brasileiro, sendo necessário ensinar ao povo brasileiro uma língua que ele fale, que seja fundamentalmente brasileira⁶⁶.

A escola, a colaboração dos valores intelectuais e dos professores, unidos em tornos de fatos linguísticos reais e objetivos fixarão um tipo médio da língua brasileira, com capacidade de resistência às diferenciações regionais, de vez que corresponderá às necessidades de expressão do brasileiro.⁶⁷

Já F. L. Villela⁶⁸, no artigo “A industrialização do Brasil e sua unidade territorial”, defende que o grande fator que consolidará a unidade nacional e o metabolismo interno do país é a industrialização nacional com zonas de especialização⁶⁹. Para Villela, “o Brasil precisa se libertar do estado de dependência da indústria estrangeira, sobretudo da indústria pesada”⁷⁰, sendo dever do Estado “amparar e estimular a industrialização, como princípio de política nacional econômica”⁷¹, não podendo ele ter preferências regionais de interesses particulares, mas sim pensar de forma totalitária, tendo em vista que apenas dessa forma a industrialização com a especialização trará harmonia e união⁷².

João Carlos Fairbanks⁷³ também traz a ideia de que existe a necessidade de uma especialização, não da indústria, mas dos meios de transporte, sendo isso fator essencial para a economia brasileira, que possibilitará a união da Nação. Em “Unidade Nacional dos meios de transporte”, Fairbanks argumenta que a unidade nacional só será consolidada quando houver articulação geral dos meios de transporte.

Cada qual [meio de transporte] traçado no local mais propício à produção e mais naturalmente indicado: nem navegação fluvial no alto da serra, nem traçado ferroviário atravessando rios maleitosos por sobre pontes caríssimas ou zonas estéreis. É hora do Brasil construir sua economia. Vamos aos lineamentos. Sem economia, a soberania política só existe no papel e a escravidão é realidade. E a UNIDADE NACIONAL seria a pluralidade das senzalas. Mãos à obra.⁷⁴

Por fim, para Miguel Reale, o único intelectual da edição que não defende o império como consolidador da unidade nacional, traz a proposta, em “Corporativismo e unidade nacional”, de que a solução para o “magno problema da nacionalidade” só será assegurada pelo corporativismo⁷⁵.

⁶⁶ Ibid., p. 46.

⁶⁷ Ibid., p. 47.

⁶⁸ Até o momento não foi possível encontrar informações biográficas sobre F. L. Villela.

⁶⁹ VILLELA, F. L. A industrialização do Brasil e sua unidade territorial. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 51.

⁷⁰ Ibid., p. 51.

⁷¹ Ibid., p. 51.

⁷² Ibid., p. 51.

⁷³ Até o momento não foi possível encontrar informações biográficas sobre João Carlos Fairbanks.

⁷⁴ FAIRBANKS, João Carlos. Unidade Nacional dos meios de transporte. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 57.

⁷⁵ REALE, Miguel. Corporativismo e unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 17.

Segundo Reale, o que acaba por centrifugar o país, diminuindo a capacidade integradora e orgânica do poder central é a luta hegemônica entre as províncias e entre os partidos de âmbito regional e os choques dos interesses capitalistas e a paralela luta de classes fomentada pelo comunismo⁷⁶.

O que possuímos não são apenas dissídios de regiões ou de partidos, mas sim verdadeiros contrastes de organismos semi-soberanos, com distintas estruturas jurídicas, prerrogativas de Estados, capacidade de agir de per se no domínio das finanças, institutos econômicos próprios, forças armadas que não exercem com todos os apetrechos exigidos pela guerra moderna. Esses fatos [...] condicionam toda uma atividade política polarizada.⁷⁷

Dado esse contexto, para o intelectual a única opção ordenadora é o corporativismo, afinal, no plano corporativista se ordena o que já existe, ordenam-se as profissões, entrelaçando-se as atividades produtivas, coordenam-se grupos desde o município até a União⁷⁸: “o corporativismo ordena o que já existe, articula juridicamente órgãos que de fato preexistem no corpo social”⁷⁹, sendo a ordem a única maneira de assegurar a unidade da Nação brasileira.⁸⁰

O que pensavam os *Mentores da Nacionalidade* sobre a unidade nacional?

“O Rio São Francisco”, texto de Vicente Licínio Cardoso⁸¹ sobre a unidade nacional, traz o argumento de que o elemento que possibilitou a existente unidade nacional do país, realizando o intercâmbio entre os “bandeirantes e monarquistas unitários do sul” e os “bandeirantes e federalistas republicanos do norte”, foi o Rio São Francisco:

O S. Francisco é a coluna magna da nossa unidade política, o fundamento basilar que reagiu e venceu os imperativos caracterizadamente centrífugos oferecidos pelo litoral. [...] sem aquele rio, sem aquela estrada natural interior, teria sido impossível manter a unidade da nossa pátria, unidade contra a qual se insurgiram sempre gravames causticantes, em face dos quais teria sido impossível o desejo dos políticos e estadistas se não tivesse existido aquele laço cósmico de ligação fundamental, vinculando desde a colônia, do Sul ao Norte do país.⁸²

Seu argumento é pautado na ideia de que a terra funciona como esqueleto dos organismos sociais⁸³. Assim, os investimentos devem continuar direcionados a esse canal natural de conexão da nação brasileira,

⁷⁶ REALE, Miguel. Corporativismo e unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 17.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 17.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 19.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 19.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 21.

⁸¹ Vicente Licínio Cardoso, nascido em 1890, no Rio de Janeiro, diplomou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em engenharia civil. Foi sociólogo e professor universitário. Autor de *A margem da história da República* (1924), entre outros livros.

⁸² CARDOSO, Vicente Licínio. O Rio São Francisco. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 63.

⁸³ CARDOSO, Vicente Licínio. O Rio São Francisco. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 63.

valorizando-se “toda a dádiva imensa que a natureza nos legou”⁸⁴ em detrimento de investir na ligação da capital ao extremo norte ela via férrea⁸⁵.

A ideia de Graça Aranha⁸⁶, ao abordar “alguns fatores da unidade nacional”⁸⁷, conversa com a de Licínio Cardoso, afinal, para Aranha, o fascínio do colonizador português pela natureza brasileira, ou seja, o fator geográfico, impulsionou a ação portuguesa de criar e fundir a unidade colonial⁸⁸. Todavia, para o intelectual, essa questão por si só não explica a manutenção da unidade da Nação: precisa-se considerar, juntamente com o fator geográfico, o fator étnico e, principalmente, o psicológico.

Acima desses elementos a fascinação pela natureza, o prestígio da terra imensa e poderosa, a raça povoadora, que prepararam a unidade brasileira, deve-se atender ao fator psicológico, ao espírito de progressão da nação portuguesa, à consciência, que se transformou em inconsciência.⁸⁹

Em contraponto aos dois autores, Alberto de Faria⁹⁰ defende em seu texto, “Os fatores primordiais da nossa história política”, que a formação da unidade nacional brasileira não foi garantida por fatores naturais, mas sim a partir de marcos culminantes, tanto internos como externos, sendo central em seu argumento a atuação de grandes figuras do império:

[...] marcos culminantes na consolidação da nacionalidade. Externamente, a guerra contra Rosas e Oribe, levantando a moral abatida pelo desastre da campanha cisplatina, e a preponderância política do Rio do Prata com a Tríplice Aliança e vitória no Paraguai. Internamente, além da força da autoridade que a clarividência, a nobreza d’alma, o desprendimento de D. Pedro II e o prestígio de Caxias firmaram definitivamente a abertura de comunicações aproximando comercialmente os elementos dispersos da colonização portuguesa.⁹¹

Para além de Dom Pedro II e Caxias, Faria evidencia Mauá como um dos fundadores do Império e, conseqüentemente, na consolidação da unidade nacional⁹², haja vista seu investimento na construção de estradas de ferro.

Coube a Mauá lançar a ideia no momento oportuno e executá-la; foi sempre o seu mérito principal [...]. Para isso nem posição oficial tinha, nem pediu favores; com seu dinheiro e de

⁸⁴ Ibid., p. 63.

⁸⁵ Ibid., p. 63.

⁸⁶ Graça Aranha nasceu em 1868 em São Luís, Maranhão. Formou-se em direito e exerceu magistratura no interior do estado do Espírito Santo. Publicou livros importantes, como *Canaã* (1902), e participou ativamente da Semana de Arte Moderna de 1922.

⁸⁷ ARANHA, Graça. Alguns fatores da unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 65.

⁸⁸ Ibid., p. 65.

⁸⁹ Ibid., p. 65.

⁹⁰ Alberto de Faria nasceu em Campos, Rio de Janeiro, em 1865. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo e destacou-se como líder abolicionista e republicano, atuando como advogado, ensaísta e crítico literário.

⁹¹ FARIA, Alberto de. Os fatores primordiais da nossa história política. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 66.

⁹² Ibid., p. 67.

alguns amigos lançou a ideia no solo e ela enraizou. Daí em diante, nos vinte anos de seu esplendor financeiro, nunca mais uma estrada de trilhos se havia de cravar na terra brasileira sem que seu nome ou sua influência ali estivessem; e elas brotaram fecundante de 1854 a 1858.⁹³

Silvio Romero⁹⁴, em “O assombroso fenômeno da unidade no Brasil”, também defende que a unidade nacional brasileira foi consolidada no império. Entretanto, em sua perspectiva, ela se constituiu por meio da religião: “o catecismo dos jesuítas, as Ordenações do Reino, garantiam desde os primórdios, a unidade religiosa e a do direito”⁹⁵. Com isso, o Brasil apresenta-se, desde então, como um país que, apesar de sua grande dimensão, possui fundamentalmente em todo território as mesmas tradições, costumes, língua, grandes aspirações nacionais⁹⁶.

Contrário às ideias dos intelectuais anteriores que afirmam o Brasil enquanto Nação unida, há o texto de Alberto Torres⁹⁷, “Unidade nacional, questão culminante do nosso futuro”, que apresenta, como enuncia o título, a unidade nacional como uma questão deveras significativa para o futuro brasileiro, haja vista que no Brasil do período a política oferecia um quadro expressivo em relação ao fenômeno da dispersão decorrente da base das organizações partidárias e das politiquices locais⁹⁸. A partir disso, Torres defende que há uma ilusão acerca da existência consolidada da unidade política, que acaba por mascarar a realidade da desunião moral, social e econômica⁹⁹, sendo isso apenas percebido pelos mais indagados, os que se dedicam a pensar sobre a Nação.

Considerações finais

A *Panorama* enquanto veículo de formação e amadurecimento da doutrina do sigma e espaço de circulação de ideias tanto integralistas como de outras instâncias do pensamento autoritário brasileiro, com publicação de autores como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, foi utilizada como espaço de discussão ideológica, sendo o mais próximo que se pode enquadrar como um debate na imprensa integralista¹⁰⁰. Isso

⁹³ Ibid., p. 67.

⁹⁴ Silvio Romero, crítico, ensaísta e professor, nasceu em 1851 em Lagarto. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1874, quando começou a atuar na promotoria em Estância, renunciando posteriormente. Foi um exímio pesquisador bibliográfico.

⁹⁵ ROMERO, Silvio. O assombroso fenômeno da unidade nacional no Brasil. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 68.

⁹⁶ Ibid., p. 68.

⁹⁷ Alberto Torres nasceu em 1865 no Rio de Janeiro. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1885. Ingressou, em 1892, na carreira política, sendo deputado estadual e, em seguida, federal. Assumiu a pasta da Justiça no governo de Prudente de Morais, em 1896. Em 1901, foi nomeado ministro do STF. Importante pensador acerca das questões da Nação, publicou *O problema nacional brasileiro* (1914) e *A organização nacional* (1915).

⁹⁸ TORRES, Alberto. Unidade nacional, questão culminante do nosso futuro. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936, p. 62.

⁹⁹ Ibid., p. 62.

¹⁰⁰ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **História da Imprensa da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. São Paulo: Editora LiberArs, 2019, p. 172.

fica evidente ao analisar a edição n.8 de 1936, dedicada à unidade nacional. Nela o tema é explorado por diferentes intelectuais integralistas e não integralistas, que buscam tratar da problemática em torno da existência ou não de uma Nação brasileira unida, da necessidade ou não dessa unidade nacional e, por fim, das possibilidades para consolidação e manutenção dessa unidade.

Por mais que exista uma homogeneidade em torno da importância da temática, que é colocada como questão central para estruturação política, administrativa e econômica da Nação brasileira, é possível observar uma pluralidade nos posicionamentos, sendo a *Panorama*, por isso, um espaço de fermentação intelectual, que trazia discussões políticas com um conteúdo altamente teórico.

Ao colocar a unidade nacional em discussão entre os intelectuais colaboradores, pode-se perceber, apesar dos pontos de contato, algumas divergências no discurso textual dos intelectuais: enquanto Alfredo Buzaid, Plínio Salgado e Helio Vianna trazem a ideia de que o Brasil do período caminhava para uma descentralização, no sentido regional, sendo necessário agir em prol da unidade nacional, Oliveira Vianna escreve que, por mais que a unidade nacional tenha sido “perturbada” com a proclamação da república em 1889, a unidade da Nação estava, nos anos 1930, plenamente assegurada pela Constituição de 1934. Já Mario Ferreira de Medeiros defende que a unidade brasileira estava em formação no período e Luis da Camara Cascudo traz a ideia com maior divergência, afirmando que, por mais que seja uma questão fundamental, não havia unidade nacional no Brasil, sendo impossível consolidá-la. Por fim, há as propostas resolutivas, objetivando consolidar a tal unidade nacional: Mario Marroquin defende a formação de uma língua genuinamente brasileira enquanto mecanismo unificador; F. L. Villela traz a proposta de unificação por meio da industrialização nacional especializada em setores; João Carlos Fairbanks apresenta a proposta de especialização dos meios de transporte a fim de unificar o país e Miguel Reale, tratado corporativismo enquanto único meio capaz de consolidar a unidade nacional brasileira.

Em relação à seção *Mentores da Nacionalidade*, trazida pela redação da revista a fim de lembrar grandes figuras do pensamento brasileiro, pode-se visualizar, ao colocar os textos em discussão, que é composta pelas mais diversas afirmações acerca do que consolidou a unidade nacional brasileira: para Vicente Licínio Cardoso a consolidação se deu por meio do Rio São Francisco; para Graça Aranha, essa consolidação ocorreu principalmente pelo fator psicológico; para Alberto de Faria a Nação se unificou por meio de marcos culminantes, como o investimento de Mauá na construção de estradas de ferro; já para Silvio Romero isso ocorreu a partir do fator religioso. Apenas Alberto Torres contraria os outros *Mentores da Nacionalidade*, trazendo a ideia de uma ilusão acerca da consolidada unidade nacional.

Em síntese, a unidade nacional é apresentada na *Panorama* como questão fundamental para a estruturação política, administrativa e econômica do Brasil enquanto Nação e que apresenta as mais diversas facetas e possibilidades de abordagem, sendo necessário explorá-la com grande profundidade e

originalidade¹⁰¹, haja vista sua complexidade e sua centralidade enquanto uma das bases do “Estado Integral”.

Referências

Fontes

ARANHA, Graça. Alguns fatores da unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

BUZUID, Alfredo. A unidade nacional e o fenômeno federalista. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

CARDOSO, Vicente Licínio. O Rio São Francisco. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

CASCUDO, Luis da Camara. Unidade nacional e a política administrativa. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

FAIRBANKS, João Carlos. Unidade Nacional dos meios de transporte. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

FARIA, Alberto de. Os fatores primordiais da nossa história política. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

MANIFESTO DE OUTUBRO. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 1932.

MARROQUIM, Mario. A língua e a unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

MEDEIROS, Mario Ferreira de. O problema da unidade brasileira. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

MONITOR INTEGRALISTA. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, 1934-1937.

PANORAMA. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, 1936-1937.

REALE, Miguel. Corporativismo e unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

ROMERO, Silvio. O assombroso fenômeno da unidade nacional no Brasil. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

SALGADO, Plínio. O integralismo na vida brasileira. Rio de Janeiro: Clássica brasileira, 1958. In: **Enciclopédia do Integralismo**, v.1.

_____. Índole Sul-Americana, Frações contra Unidade e a Loucura Separatista. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

¹⁰¹**PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

TORRES, Alberto. Unidade nacional, questão culminante do nosso futuro. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

VIANNA, Helio. Bases históricas da unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

VIANNA, Oliveira. Os regionalismos e a unidade nacional. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

VILLELA, F. L. A industrialização do Brasil e sua unidade territorial. **PANORAMA**. São Paulo: Ação Integralista Brasileira, v.8, 1936.

Bibliografia

CALIL, Gilberto. Peculiaridades e paradoxos do nacionalismo integralista (1932-1964). **História: Debates e Tendências** – v. 13, n. 1, jan./jun. 2013, p. 33-47.

CARNEIRO, M. R. S. R.; SILVA, C. R. F. A Panorama: o “pensamento novo” e a revolução conservadora. In: GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. (org). **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. Volume 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)**. São Paulo: Edusc, 1999.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1932-1937)**. Tese de Doutorado (História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2009.

_____. A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva. In: GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. (org). **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. Volume 1, 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

_____. **História da Imprensa da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. São Paulo: Editora LiberArs, 2019

TANAGINO, Pedro Ivo. **A síntese integral: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939)**. Tese de Doutorado (História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2019.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016.

Recebido em 14/06/20 aceito para publicação em 29/08/20.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.